

Termelétrica Viana S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Termelétrica Viana S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Viana S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Viana S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Instrumentos financeiros derivativos

Por que é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, em 23 de outubro de 2021, a Companhia firmou um contrato de Compra e Venda de Gás Natural na modalidade Firme Inflexível com a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, em conexão com o Leilão Emergencial, conforme Procedimento Competitivo Simplificado – PCS nº 1/2021 – ANEEL, destinado a contratar energia de reserva, nos termos das diretrizes estabelecidas na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Dado o cenário de risco agregado do contrato (Japan Korea Marker - JKM e dólar), a Administração da Companhia decidiu contratar instrumentos derivativos combinados do tipo (No Deliverable Forward) NDF de JKM e “swaps” de dólar para real para fazer as coberturas necessárias do contrato, bem como avaliar a designação dessas coberturas como “hedge accounting” para a elaboração de suas demonstrações financeiras, seguindo as disposições técnicas do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Diante das exposições anteriormente mencionadas, a Companhia contratou operações futuras mensais de derivativos do tipo NDF de JKM, atreladas a cada uma das datas das obrigações do contrato de compra de Gás Natural, com objetivo de travar seu fluxo de caixa variável denominado em dólar, cobrindo, dessa forma, os passivos denominados em JKM para toda a vida do contrato. Além disso, a Companhia contratou operações de “swap” de US\$ para R\$ remunerado a uma taxa de juros fixa mais variação do IPC-A, ficando, dessa maneira, exposta na ponta final em moeda local (R\$) mais juros. De acordo com o “swap”, portanto, a Companhia recebe US\$ e paga R\$ mais juros fixos + variação do IPC-A.

Devido à complexidade relacionada às premissas e à metodologia utilizada e, conseqüentemente, à mensuração das informações que devem ser contabilizadas e divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros dessa operação de instrumentos financeiros derivativos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura dos documentos relacionados à designação do “hedge”; (ii) leitura dos contratos firmados com as instituições financeiras; (iii) utilização de especialistas para avaliação das premissas utilizadas na modelagem financeira e a exatidão e integridade das informações utilizadas, bem como dos cálculos efetuados, confrontando, quando disponíveis, com informações do mercado; (iv) confirmação externa; e (v) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração e classificação dos instrumentos financeiros derivativos supracitados, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes contidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 1º de março de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não ter nenhuma alternativa real para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, são livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

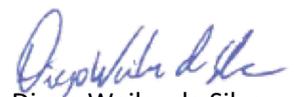
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezas relevantes em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existem incertezas relevantes, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das atividades que constatarem significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

Termelétrica Viana S/A
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.235	83.692	Fornecedores	14	113.956	115.860
Contas a receber de clientes	7	103.507	111.763	Dividendos Propostos e JCP a pagar	19.f	1.400	11.122
Serviços em curso		3.933	6.394	Empréstimos	16	6.843	6.000
Tributos a recuperar	8	7.335	7.116	Debêntures	15	38.257	34.745
Estoques	9	24.061	19.046	Tributos e contribuições sociais a recolher	17	10.367	15.208
Despesas antecipadas	10	3.159	1.103	Obrigações regulatórias	18	8.267	8.704
		182.230	229.114	Outros passivos		4.865	3.304
						183.955	194.943
Não circulante				Não circulante			
Tributos a recuperar	8	101	1.535	Empréstimos	16	29.057	34.000
Despesas antecipadas	10	157	236	Debêntures	15	37.910	68.774
Instrumentos financeiros derivativos	11	104.513	-	Provisão para Contingência	25	877	790
Imobilizado	12	351.923	263.455	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	110.192	78.234
Intangível	13	56	78	Obrigações Vinculadas à Autorização e Permissão Pública		3.651	2.189
		456.750	265.304			181.687	183.987
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19	171.500	75.000
				Outros Resultados Abrangentes	19.e	68.979	-
				Reserva legal	19.b	16.387	14.271
				Dividendos Adicionais Propostos	19.c	16.472	26.217
						273.338	115.488
		638.980	494.418			638.980	494.418

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita líquida	20	1.055.470	276.424
Custo sobre serviços prestados	21	(966.917)	(193.897)
Lucro bruto		<u>88.553</u>	<u>82.527</u>
Despesas gerais e administrativas	22	(7.572)	(6.329)
Outras receitas		119	25
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>81.100</u>	<u>76.223</u>
Receita Financeira		1.134	374
Despesa Financeira		(20.205)	(13.658)
Resultado financeiro	23	(19.071)	(13.284)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>62.028</u>	<u>62.939</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	17.b	(23.886)	(24.474)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	17.a	4.196	4.155
Lucro líquido do exercício		<u>42.338</u>	<u>42.620</u>
Lucro por ação (básico e diluído)		0,302	0,304

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício		42.338	42.620
Derivativo (Hedge) líquido dos efeitos tributários	11.c	<u>68.979</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u>111.317</u>	<u>42.620</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A
Demonstrações de Mutação do Patrim nio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 20120
(Em milhares de Reais)

		Capital Social	Reserva Legal	Ajuste de Resultados Abrangentes	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019		75.000	12.140	-	2.295	-	89.435
Pagamento de dividendos	19	-	-	-	(2.295)	-	(2.295)
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	42.620	42.620
Constitui�o de reserva	19.b	-	2.131	-	-	(2.131)	-
Dividendo Adicional Proposto	19.c	-	-	-	26.217	(26.217)	-
Dividendos intercalares	19.d	-	-	-	-	(10.122)	(10.122)
Juros sobre o Capital Próprio	19.d	-	-	-	-	(4.150)	(4.150)
Em 31 de dezembro de 2020		75.000	14.271	-	26.217	-	115.488
Pagamento de dividendos		-	-	-	(26.217)	-	(26.217)
Integraliza�o de Capital	19	187.800	-	-	-	-	187.800
Capital a Integralizar	19	(91.300)	-	-	-	-	(91.300)
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	42.338	42.338
Outros resultados abrangentes	19.e	-	-	68.979	-	-	68.979
Constitui�o de reserva	19.b	-	2.116	-	-	(2.116)	-
Dividendos Adicionais Propostos	19.c	-	-	-	16.472	(16.472)	-
Dividendos intercalares	19.d	-	-	-	-	(19.480)	(19.480)
Juros sobre o capital próprio	19.d	-	-	-	-	(4.270)	(4.270)
Em 31 de dezembro de 2021		171.500	16.387	68.979	16.472	-	273.338

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra oes financeiras.

Termelétrica Viana S/A
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido		42.338	42.620
Ajuste			
IR e CS Diferido	17	4.196	4.155
Depreciação do imobilizado	12	11.953	11.985
Amortização do intangível	13	29	22
Baixa de ativo imobilizado	12	45	7
Despesa de juros sobre debêntures	23	6.489	8.361
Atualização Monetária de debêntures	23	9.029	4.897
Despesa de juros sobre empréstimos	23	2.621	-
Marcação a mercado		1.421	-
		78.121	72.047
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		8.256	(79.396)
Estoque		(5.014)	(2.085)
Tributos a recuperar		1.214	(6.159)
Outros ativos		485	(1.478)
Fornecedores		(1.904)	100.019
Obrigações regulatórias		(438)	1.883
Tributos e contribuições sociais a recolher		22.236	29.293
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(7.772)	(7.747)
Outros passivos		3.110	622
Imposto de Renda e Contribuição Social recolhidos		(27.078)	(17.869)
Juros pagos	15.a	(6.552)	(8.411)
Juros pagos - empréstimos	16.a	(2.142)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		62.522	80.719
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo intangível	13	(7)	-
Aquisições de ativo imobilizado	12	(100.466)	(642)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(100.473)	(642)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos Adicionais Propostos	19.f	(36.338)	(2.295)
Juros sobre o capital próprio	19.f	(3.870)	(4.800)
Dividendos intercalar	19.f	(19.480)	-
Amortização do empréstimo	16.a	(6.000)	-
Amortização de debêntures	15.a	(36.318)	(33.506)
Empréstimo	16	-	40.000
Aporte de capital social	19	96.500	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(5.506)	(601)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(43.457)	79.476
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		83.692	4.216
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		40.235	83.692

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Termelétrica Viana S.A. ("Companhia " ou TEVISA) é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, com sede no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da usina termelétrica UTE Viana, situada no município de Viana, estado do Espírito Santo.

A UTE Viana compreende a construção de uma unidade geradora de energia com capacidade instalada de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo combustível de baixo teor de enxofre (OCB1).

Através do Leilão ANEEL nº 002/2007, a Companhia concretizou a venda de toda sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional, que compraram energia no referido Leilão.

Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, sendo esta a primeira Termelétrica do Leilão ANEEL nº 002/2007 a obter licença de operação e entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010. Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

O controlador da Companhia é Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Companhia goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do óleo combustível (OCB1), quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusulas 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 124/2008.

a) Impactos do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras

Através do Leilão ANEEL nº 002/2007, realizado em 26 de julho de 2007, a Companhia concretizou a venda da energia para 36 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio de um Contrato de Comercialização de Energia no âmbito Regulado denominado “CCEAR” com início da vigência na presente data do leilão e encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2024. Atualmente contamos com 37 distribuidoras.

A Tevisa vendeu a totalidade de sua disponibilidade nesse leilão, desta forma não está sujeita a variação do PLD e ou liquidação via CCEE no ambiente livre.

Em 2020, no início da Pandemia da COVID-19, apesar de estar no ambiente regulado a TEVISA recebeu cartas de poucas distribuidoras alegando “força maior” pleiteando a redução dos CCEARS, na proporção da queda de seus mercados.

As geradoras e principalmente os bancos financiadores do longo prazo, refutaram essa tese e o regulador, atuou no sentido de liberar crédito adicional do fundo de reserva, objetivando preservar a liquidez do setor elétrico. A ANEEL trabalhou na estruturação de empréstimos de bancos com garantia de um ativo regulatório, dentro do balanço das próprias concessionárias, socorro parecido que foi utilizado para atender as demandas de caixa na ocasião da crise hídrica de 2014/ 15, esse assunto foi definitivamente resolvido com o decreto 10.330/2020 que injetou 16 bilhões de reais de liquidez no caixa das distribuidoras.

A Companhia vem recebendo os valores dos clientes normalmente sem nenhuma inadimplência, como de costume.

No tocante ao capital humano da Tevisa, os escritórios administrativos foram esvaziados no início da pandemia e passados para teletrabalho e nenhuma redução nos quadros aconteceu. Com a planta despachada os turnos da operação tiveram acompanhamentos diferenciados de forma a cumprir todas as normas de segurança e de saúde aplicáveis, evitando a disseminação e contágio da COVID-19.

- i. monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- ii. substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- iii. campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- iv. reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- v. fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- vi. fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- vii. fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;
- viii. testagem semanal de todos os escritórios – matriz e filial

A administração entende que o ano trouxe muitos desafios, mas teve um desfecho extremamente positivo com uma performance operacional e financeira acima do orçado para o período.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e a Lei das S.A, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2022.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor

2.4 Instrumentos financeiros

Ativo Financeiro

2.4.1 Classificação e mensuração de ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial

2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

2.4.3 *Mensurados ao custo amortizado*

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 *Valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA)*

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou nenhuma perda (impairment) a ser reconhecido no resultado do exercício.

Passivo Financeiro

2.4.5 *Classificação e mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

2.4.6 *Classificação e mensuração*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que nossas operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA e em Hedge para assegurar o valor do gás natural (insumo da operação) atualizados pelo índice do JKM (Japan, Korea, Marker).

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são registradas no resultado e por meio dos resultados abrangentes.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de moeda e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor de custo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A Companhia utiliza Swaps de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em compromissos firmes, bem como contratos futuros de JKM para sua exposição à volatilidade nos preços de compra de Gás Natural.

Diante do compromisso firme da compra de Gás Natural, a Companhia entende e considera o risco agregado de fluxo de caixa na cobertura do passivo em JKM e o SWAP de USD para R\$ como sendo sua exposição final em moeda local R\$, sendo que, para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são designados exclusivamente considerando os elementos a termo como, sendo os efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes. Desta forma, a Companhia considerou uma estratégia de designação combinada de “hedge accounting” considerando ambos os instrumentos derivativos (contratados a cobertura dos riscos agregados), fazendo, portanto, a designação do Cash Flow Hedge em cima do Fair Value Hedge (designações em camadas):

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo as questões qualitativas). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;

O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e

O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

O montante registrado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado nos períodos durante os quais os hedges forem liquidados. .

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva menos a Provisão de Perda de Crédito Esperada “PECLD (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

2.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.7 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos para máquinas e equipamentos e edificações, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização pelo poder concedente; 10 anos para moveis e utensílios, e os demais bens 5 anos.

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9 Intangível

Compreende do softwares e Licença de uso, cuja amortização é de 20%

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.12 Empréstimos

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

2.13 Debêntures

As debêntures emitidas foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.15 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade, geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado), os quais são reajustados pelo IPCA em novembro de cada ano.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia analisou e não identificou nenhum indicativo de *impairment*.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetuada

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a. Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b. Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, onde sua receita é proveniente de contratos regulatórios. Com isso, toda sua receita vem de contratos regulados que contém penalidades em caso de inadimplemento, tais como multa, juros e correção monetária, bem como implicações negativas para os clientes que descumprirem suas obrigações com a Companhia (inscrição no cadastro de inadimplentes perante a ANEEL). Sendo assim, entendemos que não há risco de crédito pela natureza dos contrato.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, com a intenção de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos das debêntures, considerando os juros contratuais, e do empréstimo, estão demonstrados a seguir:

Debêntures	
2022	38.257
2023	37.910
	<u>76.167</u>
Empréstimo	
2022	6.843
2023	7.636
2024	20.000
	<u>34.479</u>

c. *Risco de taxa de juros*

A Companhia não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR estão indexados pelo IPCA.

d. *Valorização dos instrumentos, ativo e passivo financeiros*

A Companhia opera com diversos ativos e passivos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimo e debêntures.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros circulantes e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Debêntures

Os valores de mercado das debêntures se aproximam dos valores contabilizados.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, ou seja, a atualização do valor principal é pela taxa efetiva da operação diariamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, são mensurados pelo valor justo através do resultado e por outros resultados abrangentes.

5.2 *Gestão de capital*

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras Companhia do setor, a Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	365.642	378.929
Total do patrimônio líquido	273.338	115.488
Índice de alavancagem financeira	1,34	3,28

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalente de caixa	40.235	40.235
Clientes	103.507	103.507
	143.742	143.742
Passivos Financeiros		
Mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	113.956	113.956
Debêntures	76.167	76.167
Empréstimos	35.900	35.900
	226.023	226.023
	31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalente de caixa	83.692	83.692
Clientes	111.763	111.763
	195.455	195.455

Passivos Financeiros	Valor	Valor
Mensurados pelo custo amortizado	Contábil	Justo
Fornecedores	115.860	115.860
Debentures	103.519	103.519
Empréstimos	40.000	40.000
	259.379	259.379
	259.379	259.379

5.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

5.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	8.953	2,44% 218	4,44% 398	6,44% 577
IPCA	Debêntures	75.914	8,06% 6.119	10,06% 7.637	12,06% 9.155
IPCA	Empréstimo	34.479	8,06% 2.779	10,06% 3.469	12,06% 4.158

2020					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
			0,75%	2,75%	4,75%
CDI	Aplicações financeiras	16.817	126	462	799
			2,52%	4,52%	6,52%
IPCA	Debêntures	103.203	2.601	4.665	6.729
			2,52%	4,52%	6,52%
IPCA	Empréstimo	40.000	1.008	1.808	2.608

6 Caixa e equivalente de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Banco	31.282	66.875
Aplicações financeiras(*)	8.953	16.817
	<u>40.235</u>	<u>83.692</u>

(*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras possuem liquidez imediata, e não possuem vencimentos e risco de variação significativa do valor caso de resgate antecipado.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidade (receita fixa)	23.308	13.795
Fornecimento de energia gerada	79.473	92.089
Receita de venda no mercado de curto prazo	726	5.879
	<u>103.507</u>	<u>111.763</u>

A Companhia analisou o seu contas a receber e não identificou perda de crédito esperada (PCE). O prazo de 45 dias é atendido por toda a carteira do contas a receber.

8 Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	104	32
PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima e O&M	53	0
PIS a recuperar (insumo)	896	1.251
COFINS a recuperar (insumo)	4.128	5.760
Contribuição Social e Imposto de Renda a compensar	2.154	73
	7.335	7.116
Não Circulante		
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de Contribuição	101	1.535

9 Estoque

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o estoques da Companhia é composto em sua maioria de óleo adquirido da Vibra Energia S/A. Como segue a composição do saldo:

	31/12/2021	31/12/2020
Óleo OCB1	13.988	11.822
Óleo diesel	174	112
Lubrificantes	655	366
Almoxarifado (sobressalentes)	9.244	6.746
	24.061	19.046

10 Despesas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Seguro (a)	1.382	730
Adiantamento a Empregados	526	185
Adiantamento para aquisições para estoque (b)	809	188
Compra para entrega futura	345	-
Outros	97	-
	3.159	1103
Não Circulante		
Custo com comissão de debênture	157	236
	157	236

- a. Referem-se à renovação de seguro para cobertura de riscos operacionais da planta, veículos e seguro de responsabilidade civil para os executivos e custos sobre a emissão das debêntures.
- b. Negociações no mercado externo, através de invoice, para aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizadas na ampliação da usina termelétrica.

11 Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de cambio e de variação do JKM relacionados ao compromisso firme decorrente do contrato de fornecimento de Gás Natural, os quais estão gerenciados com instrumentos derivativos.

A estratégia de gerenciamento de risco da Companhia aplicável aos saldos é descrita na nota explicativa 2.4.6.

11.1 Derivativos designados como instrumentos de hedge

a. Risco de preço de hedge e de JKM

A Companhia possui um contrato firme de compra de Gás Natural cujo preço é denominado em JKM. A instabilidade no preço do JKM levou à decisão de firmar contratos a termo de JKM, que se iniciaram em novembro de 2021 e deverão reduzir a volatilidade atribuível às flutuações de preço do JKM. A cobertura da volatilidade dos preços das compras previstas de JKM está de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

É importante ressaltar que a Companhia adota um intervalo de cobertura que visa sempre absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição overhedge e especulativa.

Dada a existência da relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural (termos críticos). A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de hedge de 1:1 para as relações de hedge, já que o risco subjacente dos contratos a termo de JKM são idênticos aos componentes de risco protegidos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía em aberto 42 contratos de SWAP, com valor nacional total de R\$ 726.844, com vencimentos entre junho de 2022 a novembro de 2025.

b. Risco de USD e Hedge das operações de Swap

As operações de SWAP de USD para R\$, remuneradas a uma taxa de juros fixa mais variação do IPC-A, farão uma relação de hedge entre o agregado da exposição para JKM denominado em USD e os Swaps para R\$ mais juros.

Da mesma forma como ocorrido na designação dos NDFs de JKM, como os Swaps são vinculados, existe uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural (termos críticos). Da mesma forma, para testar a efetividade do hedge, a Companhia usa o método qualitativo, observando os termos críticos da operação.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía em aberto 42 contratos de SWAP, com valor nacional total de R\$ 738.009, com vencimentos entre junho de 2022 a novembro de 2025.

c. Operações em aberto (não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados de acordo com os saldos apurados entre débitos e créditos (ativos e passivos). O impacto do hedge no balanço está demonstrado conforme a tabela abaixo:

	Classificação do <i>hedge</i> (a)	Valores nominais
		31.12.2021
JKM	FV	98.031
Moeda estrangeira	CF	(8.275)
		89.756

(a) CF: *Cash Flow Hedge - Hedge de fluxo de caixa* | FV: *Fair Value Hedge - Hedge de valor justo*

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado - MTM (mark-to-market). A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Valor justo		
	Classificação do <i>hedge</i>	<i>Hedge ativo</i>
	(a)	31.12.2021
JKM	FV	98.887
Moeda estrangeira	CF	5.626
Total		104.513
Circulante		-
Não Circulante		104.513

Os ajustes referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Saldos reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial	
<i>Hedge</i>	31.12.2021
JKM	98.887
Moeda estrangeira	5.626
Saldo final	104.513
Saldo final líquido de impostos	68.980

d. **Análise de sensibilidade dos derivativos**

A Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

O cenário provável foi calculado baseado no valor de mercado que utiliza a curva futura publicada pela *Bloomberg* no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto.

O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

As cotações adotadas para o cenário provável foram as mesmas as divulgadas em 31 de dezembro de 2021. Para o cálculo das operações de JKM e SWAP, foi considerada nos cenários possíveis e remotos a redução no preço de *commodities* de 25% e 50%, respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes das operações de derivativos:

Posição ativa	Risco			
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
			25%	50%
<i>JKM</i>	Queda do preço das commodities	98.887	123.609	160.691
<i>Hedge de moeda</i>	Queda da moeda	5.627	7.034	9.144

Ressalta-se que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção à exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia e suas controladas apresentam alto grau de efetividade em suas operações com derivativos.

e. Exposição

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado das liquidações das operações de *hedge* quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item Análise de Sensibilidade:

	2022	2023	2024	2025
EBITDA - Fechamento Contrato Hedge	13.659	18.112	21.227	21.566
EBITDA - Data Base 09.03.22 - 80%	15.540	18.638	20.219	20.157
EBITDA - Data Base 09.03.22 - 100%	16.915	20.003	21.219	21.312
EBITDA - Data Base 09.03.22 - 120%	18.290	21.369	22.227	22.466

Em 31 de dezembro de 2021, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de *hedge*.

12 Imobilizado

O imobilizado de máquinas e equipamentos e edificações são depreciados considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Em curso (a)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.300	22.159	246.132	281	119	1.813	274.804
Aquisição		1	348	10	70	213	642
Transferência		183	1.195	20	-	(1.398)	-
Baixa de bens			(254)	(92)	-	-	(346)
Depreciação		(1.071)	(10.807)	(57)	(50)	-	(11.985)
Baixa de depreciação			249	91	-	-	340
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.300	21.272	236.863	253	139	628	263.455
Aquisição		59	1.749	5	-	98.653	100.466
Transferência		12	572	9	-	(593)	-
Baixa de bens		-	(10)	-	-	(37)	(47)
Depreciação		(966)	(10.879)	(52)	(56)	-	(11.953)
Baixa de depreciação		-	2	-	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.300	20.377	228.297	215	83	98.651	351.923
Total do valor Original	4.300	29.715	347.678	596	404	98.651	481.344
Total da Depreciação acumulada		(9.338)	(119.381)	(381)	(321)	-	(129.421)

(a) Registrados em curso os gastos para a ampliação da usina termelétrica Viana. O projeto é composto pela adição de 4 unidades geradoras à gás natural. O custo estimado para a ampliação é de R\$ 241.238.

13 Intangível

O intangível é composto de software e licenças e a taxa utilizada para a amortização é de 20%.

	<u>Software /licença</u>	<u>Em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2020	98	2	100
Transferência	2	(2)	-
Amortização	(22)	-	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	78	0	78
Adição de Licença de uso	7	-	7
Transferência	-	-	-
Amortização	(29)	-	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	56	-	56
VOC (Valor original)	157	-	157
AAC (amortização acumulada)	(101)	-	(101)
Saldo residual	56	-	56

14 Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Comercializadora de energia	897	1.895
Combustíveis	108.239	110.103
Outros	4.820	3.862
	113.956	115.860

15 Debêntures

Em 20 de dezembro de 2012, a Companhia fez a emissão privada de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 245.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

2021					
	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	19.072
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	19.072
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	19.072
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	18.951
		<u>2.450</u>		<u>245.000</u>	<u>76.167</u>
	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros		Total
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	75.914	253		<u>76.167</u>
Circulante					<u>38.257</u>
Não circulante					<u>37.910</u>
2020					
	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor Nominal	Saldo atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	23.535
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	23.534
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	23.535
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	32.915
		2.450	-	245.000	103.519
	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros		Total
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	103.203	316		103.519
Circulante	-	-	-		34.745
Não circulante	-	-	-		68.774
Composição da dívida de longo prazo por vencimento:					
			31/12/2021		31/12/2020
2023			<u>37.910</u>		<u>68.774</u>
			<u>37.910</u>		<u>68.774</u>

- a. A movimentação das debêntures para adição e liquidação, estão apresentadas conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	103.519	132.178
Adição		
Atualização - IPCA	9.029	4.897
Despesas de Juros	6.489	8.361
Baixa		
Amortização do principal	(36.318)	(33.506)
Atualização de juros	(6.552)	(8.411)
	76.167	103.519

a. Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Companhia por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Companhia, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Companhia e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação à conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Companhia e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Cláusulas restritivas as debêntures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que foi atendido em 31 de dezembro de 2021.

16 Empréstimos

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu a cédula de crédito bancário no valor de R\$ 40.000, atualizados pelo CDI mais remuneração de 2,81% a.a. Por outro lado foi efetuado um SWAP atualizado pelo IPCA mais remuneração de 4,30% a.a.

O empréstimo tem a vigência até 05/2024 e as amortizações são realizadas trimestralmente.

	Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	2021	2020
	40.000	CDI + 2,81% a.a.	35.900	40.000
Passivo Circulante			6.843	6.000
Não Circulante			29.057	34.000
composição do empréstimo a longo prazo:				
				8.000
2023				21.057
2024				29.057

- a. A movimentação do empréstimo para adição e liquidação, estão apresentadas conforme abaixo :

Empréstimo	31/12/2020	Adição	Amortização		31/12/2021
		Juros	Principal	Juros	
Banco Itaú	40.000	2.621	(6.000)	(2.142)	34.479
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	-	-	1.421
	40.000	2.621	(6.000)	(2.142)	35.900

17 Imposto de renda e contribuição social

- a. **Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

	31/12/2021	31/12/2020
Diferido passivo		
Ajuste decorrente de diferença de taxa de depreciação (fiscal x prazo de autorização)	74.658	78.234
Ajuste decorrente de Hedge	<u>35.534</u>	<u>-</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>110.192</u>	<u>78.234</u>

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	62.028	62.939
Juros sobre o Capital Próprio	<u>(4.270)</u>	<u>(4.150)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	57.758	58.789
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	19.638	19.988
Bônus e gratificações	25	43
Doações e patrocínios	55	23
Outras adições e exclusões	<u>(28)</u>	<u>265</u>
	19.690	20.319
Imposto de renda e Contribuição social – corrente	23.886	24.474
Imposto de renda e Contribuição social – diferido	<u>(4.196)</u>	<u>(4.155)</u>
	19.690	20.319
Taxa Efetiva	34%	34%

18 Obrigações regulatórias

	31/12/2021	31/12/2020
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	8.226	8.667
Taxa de fiscalização	<u>41</u>	<u>37</u>
	<u>8.267</u>	<u>8.704</u>

19 Patrimônio Líquido

O controle acionário da Companhia é o Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia que adquiriu 100% das ações. Em 31 de dezembro de 2021 representada por 262.800.000 ações ordinárias nominativas.

	31/12/2021	31/12/2020
Capital subscrito	262.800	75.000
Capital a integralizar	<u>(91.300)</u>	<u>-</u>
Capital Social	<u>171.500</u>	<u>75.000</u>
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial do capital Social	75.000	75.000
Adição		
Aporte de capital Social	<u>96.500</u>	<u>-</u>
Capital Social	<u>171.500</u>	<u>75.000</u>

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício	42.338	42.620
Constituição de Reserva Legal (5%)	(2.116)	(2.131)
Base de Cálculo dos Dividendos	40.222	40.489
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Dividendos Intercalares	(19.480)	(10.122)
Juros s/ capital próprio	(4.270)	(4.150)
Total	(23.750)	(14.272)
Dividendo adicionais Propostos	16.472	26.217

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos Adicionais Propostos

A Companhia destinou o valor de R\$ 16.472 em 31 de dezembro de 2021 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 26.217) para a conta de dividendos adicionais propostos.

d. Dividendos intercalares e JCP

Em 2021, a Companhia constituiu como dividendos intercalares no valor de R\$ 19.480 (R\$ 10.122 em 31 de dezembro de 2020) e Juros sobre capital próprio o valor de R\$ 4.270 (R\$ 4.150 em 31 de dezembro de 2020).

e. Outros Resultados abrangentes

Refere-se ao valor presente dos hedge de fluxo de caixa para a proteção do contrato de compra futura do gás a ser utilizado na operação.

f. Dividendos e Juros sobre o capital Próprio Pagos

2021				
	Juros sobre Capital Próprio	Dividendos Propostos	Dividendos Adicionais	Total
Saldo inicial	1.000	10.122	-	11.122
Adição	4.270	9.358	36.338	49.966
Liquidados	(3.870)	(19.480)	(36.338)	(59.688)
Saldo final	1.400	-	-	1.400
2020				
	Juros sobre Capital Próprio	Dividendos Propostos	Dividendos Adicionais	Total
Saldo inicial	1.650	-	-	1.650
Adição	4.150	10.122	2.295	16.567
Liquidados	(4.800)	-	(2.295)	(7.095)
Saldo final	1.000	10.122	-	11.122

A Companhia efetuou as liquidações dos valores acima, com base nos atos a seguir:

2021			
	Descrição	Pagamento	Valor
100° RCA de 31 de dezembro de 2020	Juros sobre o capital próprio	29/01/2021	1.000
106° RCA de 31 de março de 2021	Juros sobre o capital próprio	27/04/2021	920
AGO de 13 de abril de 2021	Dividendos adicionais	27/04/2021	2.998
109° RCA de 30 de junho de 2021	Juros sobre o capital próprio	23/07/2021	950
104° RCA de 23 de fevereiro de 2021	Dividendos do exercício de 2020	01/03/2021	16.340
108° RCA de 28 de junho de 2021	Dividendos interclares	30/06/2021	6.280
102° RCA de 08 de junho de 2021	Deliberação de dividendos	08/01/2021	17.000
107° RCA de 08 de junho de 2021	Dividendos interclares	19/09/2021	13.200
111° RCA de 08 de junho de 2021	Juros sobre o capital próprio	30/09/2021	1.000
			59.688
2020			
	Descrição	Pagamento	Valor
93° RCA de 30 de outubro de 2019	Juros sobre o capital próprio	30/01/2020	1.000
96° RCA de 31 de março de 2020	Juros sobre o capital próprio	14/09/2020	1.050
97° RCA de 30 de junho de 2020	Juros sobre o capital próprio	09/12/2020	1.050
98° RCA de 30 de setembro de 2020	Juros sobre o capital próprio	09/12/2020	1.050
RCA de 30 de novembro de 2019	Juros sobre o capital próprio	10/02/2020	650
95° RCA de 30 de março de 2020	Dividendos do exercício de 2019	11/09/2020	2.295
			7.095

20 Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidade	133.811	127.341
Fornecimento de energia gerada (a)	1.042.605	171.806
Receita de Venda no mercado de Curto prazo	15.088	24.786
Impostos sobre serviços	(110.224)	(29.968)
Encargos do Consumidor	(10.713)	(2.911)
Compra de energia	(15.097)	(14.630)
	1.055.470	276.424

- (a) Devido à crise hídrica no mercado nacional, no ano de 2021, as termelétricas foram demandadas pela Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) justificando a crescente variação no fornecimento de energia apresentado.

21 Custo sobre os serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(11.151)	(9.713)
Materiais (a)	(911.559)	(154.971)
Serviços de terceiros	(26.047)	(14.597)
Depreciação	(11.785)	(11.826)
Compra de energia	(992)	(960)
Outras despesas	(5.383)	(1.830)
	<u>(966.917)</u>	<u>(193.897)</u>

- (a) Em 2021, em função da redução dos níveis de água nos reservatórios das hidrelétricas, as termelétricas foram despachadas pela ONS (Operador Nacional de Serviço). Portanto, a Tevisa teve um acréscimo significativo de suas operações, tendo a necessidade de adquirir mais combustível para atender a demanda. O insumo é o OCB1 (HFO), fornecido pela Vibra Energia S.A.

22 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(4.816)	(3.103)
Materiais	(100)	(138)
Serviços de terceiros	(2.379)	(2.166)
Depreciação	(91)	(17)
Outras despesas	(187)	(905)
	<u>(7.573)</u>	<u>(6.329)</u>

23 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Juros de debêntures	(6.489)	(8.361)
Atualização Monetária de debêntures	(9.029)	(4.897)
Juros de Empréstimo	(2.621)	-
Comissão de fiança	(373)	(182)
Outras	(1.693)	(218)
	<u>(20.205)</u>	<u>(13.658)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	1.095	346
Outras	38	28
	<u>1.133</u>	<u>374</u>
	<u>(19.072)</u>	<u>(13.284)</u>

24 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2021 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 1.204. No exercício de 2020 o total foi de R\$ 1.045.

25 Contingências

A Companhia é parte envolvida em ações no âmbito administrativo, principalmente na esfera ambiental e no judiciário, na esfera trabalhista.

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
---	--	---

São constituídas provisões.

As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.

Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia possuía ações trabalhistas e ambientais conforme a seguir:

Provável

As ações trabalhistas movidas por ex- empregados da Companhia , com pedido de reintegração nos quadros, e conhecimento de unicidade contratual, danos morais e pagamentos dos salários e demais consectários desde a dispensa até a reintegração requerida; reconhecimento de vínculo empregatício e retificação da data de admissão em CTPS com os pagamentos de renumerações de salários e seus reflexos, adicional de sobreaviso e de gratificação, danos morais, multa do Art. 467 da CLT e, também ação por ex-empregados da PGM Service, empresa terceirizada (responsabilidade solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outros. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou provisão no valor de R\$ 877 (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 790) para as causas com probabilidade de perda provável.

Possível

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava causas trabalhistas de mesma natureza, com probabilidade de perda possível no valor de R\$ 417 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$604).

Com relação as causas administrativas ambientais, a Companhia possui apenas causas com probabilidade de perda possível, no valor de R\$ 126 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 90).

26 Seguros

Risco	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	30/06/2021 a 30/06/2022	17
Responsabilidade civil de administradores e diretores D&O	08/05/2021 a 08/05/2022	50
Riscos Ambientais	06/09/2021 a 06/09/2022	51
Riscos Operacionais	30/06/2021 a 30/06/2022	1.520
Veículo (placa OVI-1609)	12/01/2022 a 12/01/2023	3
Veículos (placa ODM 9212)	18/09/2021 a 18/09/2022	3
Veículos (placa PPH 3044)	18/12/2021 a 18/12/2022	4

27 Eventos Subsequentes

Até o momento foram realizados R\$ 31.000 dos R\$ 91.300 de capital a integralizar, deliberado pela AGE de 09 de novembro de 2021 e registrado em 31 de dezembro de 2021.

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Édina Maria Andrade
Contadora
CRC/RJ 082.615/O-6